



DESCOBRIAMENTO DO RIO DAS AMAZONAS

José Lopes de Oliveira

Em 26 de dezembro de 1991 e 11 de setembro de 1992, respectivamente, completam-se 450 anos do início e do final da viagem de descobrimento do Rio Amazonas por Francisco de Orellana e seus companheiros.

O artigo é parte de um livro que o autor pretende publicar até a segunda das datas acima, em comemoração ao feito espanhol que revelou ao mundo o maior rio da terra em volume de água. O objetivo principal de sua publicação é chamar a atenção para o feito e obter reação que traga melhores subsídios ao tema, muito pouco conhecido, ainda.

INTRODUÇÃO

A história do descobrimento do rio das Amazonas, por Francisco de Orellana, ainda hoje é pouco conhecida, o que se deve a uma diversidade de fatores facilmente compreensíveis.

Uma das circunstâncias primordiais que acarretou essa indevida indiferença foi, por parte dos espanhóis do Peru, a grande atratividade da explo-

ração da vertente pacífica da nova terra que, além de ter revelado compensadora produtividade imediata, protegia-se pela barreira andina e por uma paisagem inhóspita para além dela; mais tarde, pelo perigo que apresentaria a facilidade de penetração pelo lado atlântico — julgado mais próximo esse oceano do que realmente é — por parte de inimigos bem armados, não só franceses, ingleses e holandeses, mas também portugueses.

Isso ficou patenteado no teor da Cédula Real de 26 de junho de 1559, que recomendava ao vice-rei do Peru, marquês de Cañete, que não permitisse o intercâmbio comercial sugerido pelo governador de Santa Cruz, e que já chegara “aos confins do Brasil”, pois, “poderiam resultar em abrir-se esta porta...”, e que deveria se impedir esse trânsito, “deixando os portugueses na ignorância em que até agora se acham, para que o não intentem...”. E, ainda mais revelador foi, logo depois da chegada de Pedro Teixeira a Quito, o receio manifestado por D. Martin de Saavedra y Guzmán, governador de Santa Fé de Bogotá, diretamente a Sua Majestade e ao conde de Castillo — este, membro do Conselho de Estado e Guerra de Espanha — em cartas datadas, respectivamente, de 29 de maio e de 23 de junho de 1639, quanto à abertura do caminho de fácil navegação pelo rio Marañon e a intenção dos portugueses de o continuarem freqüentando; lembra o governador o exemplo do rio Orenoco e de outros rios navegáveis, por onde os inimigos da Coroa já tentavam entrar nas terras da América Espanhola, sem deixar de aludir aos holandeses de Pernambuco (Anônimo, 1941, 83/87).

Quanto aos portugueses, a demora em tomar posse efetiva das terras chamadas do Cabo Norte, além das dúvidas concernentes ao traçado da linha de Tordesilhas, parece dever-se à falta de efetivo humano para sua ocupação, tendo em vista o pequeno in-

teresse econômico que a região oferecia. Além das tentativas de Aires da Cunha, em 1535/36, e de Luiz de Mello e Silva, por volta de 1554, os quais, porém, não passaram da atual região maranhense, somente em 1616 estabeleceram-se os lusos no discutido braço sul do rio Amazonas. No entretanto, a costa e mesmo a boca do grande rio eram por eles bem conhecidas, pois foi o próprio Orellana quem pediu permissão ao rei espanhol para contratar pilotos portugueses, a fim de ajudá-lo a navegar na entrada do rio já chamado das Amazonas, pois, “não se acha nenhum marinheiro castelhano que conheça do rio para onde será minha viagem, exceto os portugueses, que têm grande notícia dela pela contínua navegação que por ali têm...”. Orellana argumentava, tendo em vista sua expedição à Nova Andaluzia, nome dado à sua futura colônia nas terras amazônicas (Medina, 1894, 208/209).

Como veremos adiante, também um acesso pelo interior, além daquele já mencionado rondando Santa Cruz, foi aventado à corte portuguesa por um tal Diogo Nunes.

Muitos detalhes da descida do rio são ainda controvertidos. A particularidade de permanecerem quase desconhecidas as versões escritas pela testemunha presencial, o padre Carvajal; a de não se terem interessado os cronistas espanhóis da época pela viagem, contentando-se com vagas afirmações baseadas em testemunhas que não especificam quem sejam,

com exceção de Oviedo e de Orti-
guera que, em seus relatos, dão-lhes
os nomes; a situação política do Peru,
na época, conturbada pela luta pes-
soal pelo poder, na qual despontava,
no momento, Gonçalo Pizarro como
possível astro rei; tudo isso, naque-
les anos e até muito depois, condu-
ziram a centralização das narrativas
em uma possível traição de Orellana,
que teria sido o responsável pelos in-
dízíveis sofrimentos impostos a Pi-
zarro, abandonando-o à própria sorte,
acrescido o episódio da indispensá-
vel pitada de lenda para criar interesse
pelo tema.

Todavia, a saga — no sentido nór-
dico da palavra — dos “filhos do
sol”, navegando precariamente entre
mil perigos, enfrentando e vencendo
milagrosamente milhares de inimigos
em luta de estranha configuração, an-
gustiados, em cada curva do rio, pelo
desconhecimento do que viria a se-
guir, improvisados marinheiros, su-
persticiosos curandeiros, a saga,
repetimos, apresenta em seus diver-
sos aspectos situações curiosas, que
merecem pesquisas mais aprofundadas,
apesar da carência de documen-
tação e o controverso da existente,
ou, talvez por isso mesmo.

A VIAGEM DE ORELLANA

Menos de quarenta anos depois que
Colombo aportou à nova terra do Oci-
dente, que presumia ser a Índia, os
aventureiros espanhóis já haviam des-
feito seu engano, dominado e destru-
ído as duas mais antigas civilizações

do Novo Mundo, e preparavam-se
para sair em busca de novas riquezas
além daquelas de que já se tinham
apossado. A lenda do El (Hombre)
Dorado incendiava as imaginações,
e muitas expedições que saíam dos
aglomerados da conquista espanhola
e que tinham o objetivo declarado de
reconhecimento da terra ou da busca
de especiarias nativas, escondiam a
secreta esperança de encontrar outras
cidades aztecas ou outros palácios in-
cas.

Foi assim que, nomeado por seu
irmão Francisco para o governo de
Quito, Gonçalo Pizarro, após tomar
posse, empreendeu, em fevereiro de
1541, uma expedição no leste de sua
governança, em busca da terra em
que se dizia haver canela, mas —
quem sabe? —, também ouro ou pe-
dras preciosas. Partiu de Quito com
280 espanhóis, 4.000 índios, 260 ca-
valos,² além de cães de caça — a fim
de “aperrear” os selvagens que ti-
vessem de enfrentar pelo caminho,
e que desconheciam esses animais —,
e muitos porcos e lhamas, os primei-
ros para alimentação e os últimos
como auxiliares dos indígenas no
transporte da carga. Iam bem abaste-
cidos de material e munição de
guerra: arcabuzes, balhestas e pólvora
— não havendo referência a chumbo
—, couraças e elmos, espadas e pi-
ques, além do armamento típico dos
nativos. A gente espanhola era a de
melhor estirpe vinda à região.³ À ex-
pedição agregou-se, pouco depois e
já em caminho, Francisco de Orel-
lana, meio aparentado dos Pizarro e

que já havia há algum tempo chegado ao Peru.

Vagaram os expedicionários por cerros e matas, atravessaram e reatravessaram rios, encontraram canela de má qualidade, mas continuaram sua exploração, sempre sob péssimas condições climáticas e hostilizados pelos nativos a quem Pizarro antes maltratara, na ânsia de obter informações que lhe trouxesse fortuna. Chegaram a um rio, que hoje se identifica com o Coca, e aí, em um lugar à sua margem esquerda, ao qual deram depois o nome de El Barco, construíram uma embarcação, destinada a transportar doentes, parte da bagagem, e fazer a ligação de uma margem do curso d'água à outra, sempre que se fizesse necessário. Retomaram a marcha, a maioria já a pé, embarcados alguns, descendo o rio até que, exaustos os viajantes, esgotados os recursos em víveres, consumidos os porcos, as lhamas, alguns cavalos, morta ou desertada a quase totalidade dos indígenas participantes, decidiu Gonzalo Pizarro que Francisco Orellana continuasse rio abaixo na embarcação, transportando os doentes e mais os homens que escolhesse, com a missão de adiantar-se até aportar à aldeia ou aldeias indígenas que, de acordo com vagas notícias existiam abaixo, a três ou quatro dias de navegação, na junção do rio com outro. Ali, deveria ele reunir gêneros comestíveis e aguardar Pizarro, ou voltar ao seu encontro, havendo entre os historiadores divergências a respeito desse ponto.

A 26 de dezembro de 1541, partiu Orellana com 54 espanhóis⁴ e dois negros e, entre aqueles, alguns enfermos. Dez ou doze dias depois, desesperados pela fome, já no rio Napo, encontraram uma aldeia indígena na qual foram alimentados e bem tratados, o que não obstou que ali morressem vários dos companheiros dos que já vinham doentes. Permanecendo nessa aldeia por cerca de trinta dias, à espera de Pizarro, sem êxito, e após deliberação com os demais, Orellana, em decisão cujos fatores foram por muito tempo desconhecidos, e tida como traição ao chefe, reuniu a viagem rio abaixo, com a intenção de, afinal, sair na boca do rio, o que imaginava ser no Mar do Norte, isto é, no atual Mar das Antilhas. Acusado até de ter abandonado na margem do curso de água, em plena floresta, um companheiro que da decisão discordara, e um frade que, no entanto, seria o cronista da viagem, Orellana e sua gente desligaram-se definitivamente do comando de Pizarro no dia 2 de fevereiro de 1542, quase exatamente um ano depois que este havia partido de Quito. Entraram, ele e seus companheiros, em um grande rio, chegando a novas aldeias, em uma das quais residia o cacique Aparia, o Grande (pois, na primeira aldeia, ainda no Napo, mandava outro cacique, Aparia, o Menor, ao que parece subordinado ao que agora referimos), onde a acolhida foi fidalga e muitos outros caciques ter-se-iam submetido ao rei, por intermédio do capitão espanhol. Detiveram-se aí

quase sessenta dias, e construíram outro barco, maior, já tendo em vista a probabilidade de ter de navegar no mar.

O prosseguimento da viagem não foi tranquilo. Léguas depois da referida aldeia onde tão bem haviam sido recebidos, encontraram índios hostis, que assediaram os expedicionários em terra e perseguiram-no na água, incessantemente, ora por uma margem, ora por outra, até quase alcançarem eles a foz do grande rio que estavam descendo. Entre os selvagens que os atacaram, contou frei Carvajal, o principal cronista da viagem, estavam mulheres que combatiam tão bem ou melhor do que os homens, e cuja fama já lhes era conhecida desde o contato com aqueles indígenas amigáveis da aldeia de Aparia, o Menor. Foi-lhes dada, pelos espanhóis, a denominação de Amazonas, em recordação daquelas do Thermodonte, e o rio, que se estava chamando de Orellana, passou a ser o das Amazonas... Perderam pouca gente em combate, dois por setas envenenadas. Por fim, já próximo à embocadura, em uma região de grandes ilhas, reencontraram nativos amáveis, o que lhes permitiu consertar os dois bergantins, como foram pomposamente chamados, e a 26 de agosto do mesmo ano de 1542, saíram mar a fora, costeando, e chegaram à ilha de Cubáguia,⁵ no meio "civilizado"; deste percurso marítimo há poucos detalhes conhecidos, a não ser o terem chegado os dois bergantins separados, um a nove e o outro — o maior, onde

estavam o comandante e o cronista — a onze de setembro do ano citado.

Francisco de Orellana não voltou ao Peru. Da ilha de Cubáguia seguiu para São Domingos e, depois, para Madrid, onde pleiteou e obteve os títulos de Adelantado, Governador e Capitão-General de parte das terras que descobrira no Novo Mundo, e que se propunha a colonizar, terras que, então, foram denominadas Nova Andaluzia. Seu antigo comandante e parente, Gonzalo Pizarro, regressando a Quito em penosas condições físicas e morais, fizera-lhe graves acusações, que Orellana refutou, com a apresentação de documentos comprovantes de que não regressara rio acima por impossibilidade absoluta, no que haviam concordado com ele a maioria de seus companheiros. Tais documentos, porém, ficaram por longo tempo arquivados no Conselho das Índias e, embora tenha sido possível que alguns deles tenham chegado ao conhecimento dos cronistas da época, na generalidade ficaram ignorados, o que deu margem a que, durante três séculos, fossem discordes os detalhes e até de importantes episódios da aventura, que hoje são conhecidos pelas obras de Oviedo (1851/1855) e Medina (1894), embora ainda questionados, além de continuarem a ser difundidas versões inverídicas.

A nova expedição de Orellana, para a tentativa de colonização da Nova Andaluzia, pertence ao histórico de uma fase durante a qual o atual rio Amazonas foi aflorado, sem ser

penetrado, participando tal fase da aura lendária em torno de uma possível miscigenação branco-indígena em alguns pontos do grande vale. A morte do descobridor, em algum lugar da costa, ao norte da foz do rio, ou na ilha Margarita, ou mesmo dentro do "seu" rio, contribuiu, sem dúvida, para sepultar no esquecimento o fato maior, o da façanha da descida fluvial.

OS CRONISTAS DA VIAGEM*

Frei Gaspar de Carvajal

O principal documento sobre a viagem de Orellana e de seus companheiros, desde o rio Coca até a ilha de Cubágua, é o relato redigido por Gaspar de Carvajal, frade dominicano que os acompanhou desde a separação dos grupos expedicionários, ainda naquele rio.

Gonzalo Pizarro, a caminho de seu

governo de Quito, em fins de 1540, levou consigo o religioso, como seu confessor e de sua tropa. Como bom conterrâneo, o frade acompanhou-o também na expedição em busca de canela. Quando Orellana, após a construção do primeiro barco, foi encarregado de descer pelo Coca em busca de alimentos, frei Carvajal foi um dos doentes embarcados,⁶ e por isso pôde fazer a crônica da aventura, sendo esta uma das poucas fontes primárias até agora conhecidas. De regresso a Cubágua, não acompanhou Orellana à Espanha, preferindo permanecer no Peru, com raras e curtas ausências, até seu falecimento, em 1584. É natural que, de volta à "civilização", Carvajal e alguns dos demais expedicionários, e mesmo o próprio Orellana, em algum lugar e em alguma ocasião, tenham narrado as vicissitudes passadas e as maravilhas vistas. Assim, vários foram os escritores que afirmaram ter ouvido narrativas diretas de participantes do evento. Todavia, foi frei Carvajal quem fez a descrição total da jornada, descrição esta que ficou desconhecida por três séculos e, quando veio à luz, acarretou uma série de problemas bibliográficos, históricos, geográficos e até militares, que não foram ainda perfeitamente elucidados. É que a "relação" de frei Carvajal tem duas versões conhecidas: uma, a que foi publicada por Oviedo (1855), difere bastante da outra, e não disse o escritor como a obteve; a outra, com duas cópias semelhantes na letra, mostram pequenas diferenças de re-

* Neste artigo, o autor detém-se no relato de Frei Gaspar de Carvajal, em suas duas versões, e na interpretação dada a elas por Oviedo e Medina, este acrescido da traslação que fez do capítulo de Ortiguera, tudo exaustivamente tratado na obra editada pela American Geographical Society, por serem os únicos trabalhos confiáveis a respeito do descobrimento do grande rio por Orellana e seus bravos companheiros.

No livro referido na sinopse, ele menciona autores de língua espanhola, portuguesa e outras, com o fito de demonstrar o que de desconhecimento, de mistério, de mistificação cercou o feito castelhano, até mesmo já em nossos dias, às vezes por falta de documentação, outras por ingenuidade e outros por pura imitação, o que, porém, não significa que não possam dar-nos uma contribuição eventual.

dação entre si, e diz Medina, que uma delas, a que encontrou na coleção de documentos reunidos por Juan Bautista, por estar com vários trechos avariados e ilegíveis; a que foi por ele publicada em sua obra de 1894, foi a que lhe foi cedida pelo duque T'Cerclae de Tilly.

O Relato de Frei Carvajal — versão de Oviedo

Gonzalo Fernández de Oviedo (y Valdez) foi contemporâneo do descobrimento do grande rio. Cronista oficial das Índias Ocidentais desde 1532, foi ele o responsável pela publicação de uma narrativa atribuída a Frei Gaspar de Carvajal, a respeito da descida dos rios por Orellana e seus companheiros.

Escreveu ele, Oviedo, uma carta ao cardeal Bembo, na Itália, narrando o acontecimento “que não é menor maravilha do que a da nave ‘Victoria’”.⁷ Na carta, conta o missivista que Pizarro determinou a Orellana que saisse à procura de víveres, com cinqüenta companheiros; que, não podendo eles retornar “confiaram-se à misericórdia de Deus”; que a fome os obrigou a comer o couro das selas, dos arreios, de algumas peles selvagens e todos os seus calçados e solas”, e alguns comeram muita erva desconhecida para sustentar suas miseráveis vidas”; refere a construção de mais um barco, bergantim, como o chamou; e o detalhe que varou séculos: “Em certo lugar tiveram uma batalha muito áspera e contenciosa,

onde os capitães eram mulheres arqueiras que estavam ali como governadoras, às quais os nossos espanhóis chamaram Amazonas...”

Está datada a carta de 20 de janeiro de 1543, e foi transcrita por Giovanni Battista Ramusio, no terceiro volume de seu “Delle Navigationi et Viaggi...” publicado este volume em 1556.⁸ Enganou-se Medina (in AGS, 1934, 27), quando diz que Ramusio incluiu em seu livro somente um resumo da carta (an abridged form), pois ela está transcrita na íntegra, à fls. 415 e 416, isto é, em quatro páginas do referido livro. Também o tradutor de Medina, Bertram T. Lee, em nota de rodapé da mencionada página 27, informa que “Pinelo-Barcia disse que a carta preenchia vinte e quatro folhas, quando o resumo de Ramusio ocupa somente duas”.⁹ A confusão deve ter-se originado do fato de Oviedo, na carta, informar ao seu amigo cardeal que não poderia ali dizer tudo “aquilo que escrevi em vinte e quatro folhas na continuação da história geral desta Índia...”.

Lembrando que a carta de Oviedo foi escrita apenas quatro meses depois da chegada dos expedicionários a Cubágua, devemos corrigir, no translado italiano, no final da pág. 415, a data da partida de Orellana e seus companheiros, ao iniciar sua grande aventura, e que ocorreu a 26 de dezembro de 1541 e não 1542, como ali está escrito.

Não despertou maior atenção esta narrativa de Oviedo, seja por ter vindo à luz em língua italiana — em-

bora bastante difundida, à época —, seja por se tratar de uma aventura entre várias outras, também admiráveis, seja ainda (e mais provável) porque as quatro páginas da carta não teriam sido suficientes para dar uma idéia da grandiosidade do feito.

Simultaneamente, porém, o cronista das Índias, entre 1542 e 1546, ainda no Peru, passou a coligir mais dados, anotou o depoimento de alguns companheiros de viagem de Orellana,¹⁰ e conseguiu uma cópia da Relação escrita por frei Carvajal. Com tais informes, Oviedo escreveu os capítulos I a VI, do Livro XLIX, de sua obra, "História General y Natural de las Índias y Tierra Firme del Mar Oceano", nos quais se encontram sua própria interpretação da expedição à terra da canela, e da descida dos rios por Orellana, e inclui no Livro L, capítulo XXIV, o relato do frade, não ficando esclarecido de quem o recebeu.¹¹ Quanto ao que se prende à expedição de Orellana de volta ao Rio-Mar, à Nova Andaluzia, foi Oviedo bastante sucinto, e seu escrito a tal respeito deve ter sido redigido já na Espanha, depois de 1546.

Apesar de Oviedo ter terminado sua obra por volta do ano de 1549, só em 1851/55 foi ela publicada em Madrid. Atualmente, é obra muito difícil de ser encontrada em bibliotecas, públicas ou particulares, pelo menos no Brasil.

Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdez nasceu em Madrid, em 1478 e morreu em Santo Domingo, em 1557.

Quando embarcou para Castilla del Oro, no dia onze de abril de 1514, na vistosa expedição de Pedraria D'Ávila, vinha em companhia de homens que seriam ilustres na conquista, entre os quais Diego de Almagro, o infeliz sócio de Francisco Pizarro, Sebastián de Benalcazar, futuro fundador de Quito e Popayán, Hernando de Soto, o descobridor do Mississipe e explorador da Flórida, e não menos importante, Bernal Diaz de Castillo, o autor da História Verdadeira de la Conquista de Nueva España.

Não perdeu tempo o cronista oficial das Índias pois, em uma das suas idas ao Velho Mundo, entregou ao prelo um belo trabalho em vinte e seis capítulos e cem páginas, que intitulou Sumario de la Natural História de las Índias, por muitos considerado uma obra-prima e que trata exclusivamente de temas ligados aos reinos animal, vegetal e mineral americanos, inclusive uma curiosa descrição da garimpagem de ouro. Conhecemos a obra por sua transcrição por Ramusio, no terceiro volume acima citado. Recentemente, foi editado por Manuel Ballesteros, in Crónicas de America, Madrid, 1986. Sua citação aqui foi feita por ter sido muitas vezes confundida com a obra mais vasta, de 1851/55.¹²

O Relato de Frei Carvajal — versão de Medina

José Toribio Medina, historiador chileno, notável por seus estudos so-

bre a história hispano-americana, examinando as circunstâncias que levaram Orellana a descer o rio Amazonas, e, depois, tentar a colonização de seu vale, já então com o nome de Nova Andaluzia, deparou com dois manuscritos de grande interesse, um encontrado nos arquivos da Real Academia de História, de Madrid, e outro que lhe foi dado pelo duque T'Cerclaes de Tilly. Ambos da autoria indiscutível de Frei Gaspar de Carvajal, embora não de mão própria, eram praticamente iguais quanto ao texto, preferindo Medina o último, para publicação, por estar completo. A importância desses manuscritos estava no fato de constituírem praticamente outra narrativa da viagem de Orellana, diferente da que fora publicada por Oviedo. Esta, mais rebuscada, mais literária, ostentando cultura em citações bíblicas e de clássicos latinos, denotando maior disponibilidade de tempo, maior vagar para sua redação; a outra, mais direta, sem se deter na paisagem e na geografia, parece ter sido de feitura apressada. Avento, então, Medina, a hipótese bem plausível, segundo a qual o manuscrito proveniente do duque T'Cerclaes de Tilly tenha sido o primeiro escrito, destinado a Francisco de Orellana, para que este o apresentasse ao imperador Carlos V, como comprovante dos perigos passados e das possibilidades de riqueza da região percorrida; o outro — o publicado por Oviedo, teria tido a finalidade da divulgação proveitosa à vaidade literária de seu autor que,

propositadamente ou não, tê-lo-ia cedido ao cronista das Índias sem ter podido prever o trissecular atraso em seu surgimento à vista do público. Medina, reunindo outros documentos e relatos, escreveu o “Descubrimiento del Rio de las Amazonas según la Relación hasta ahora inédita de Frei Gaspar de Carvajal...”.¹³ Publicada em Sevilha, em 1894, é hoje obra básica e indispensável para o estudo do feito de Orellana e das condições que o cercaram.

A obra de Medina é dividida em três partes:

A primeira contém o das fontes existentes e de autores que trataram do tema; um esboço das personalidades de Frei Carvajal e de Orellana, este na expedição de Pizarro, na viagem propriamente dita, e nos preparativos para a colonização da Nova Andaluzia; a interpretação de ocorrências durante a viagem, incluindo a defesa indireta de Orellana contra a acusação de traição que lhe fora feita por Pizarro; uma análise do número e nome dos companheiros do capitão espanhol; e, finalmente, um exame das denominações dadas ao rio então descoberto.

A segunda é a transcrição completa da versão do relato de frei Carvajal, e que lhe fora cedida pelo duque T'Cerclaes de Tilly, com anotações próprias, muitas delas elucidativas de trechos obscuros do relato, ou da identificação de alguns dos personagens citados pelo fraude.

A terceira é a transcrição de documentos, todos inéditos ou quase

desconhecidos. Destacam-se, entre eles, todos importantes, os testemunhos prestados por companheiros e contemporâneos da viagem de Orellana, junto às cortes de Justiça, a fim de registrar ou atestar serviços prestados, e nos quais se encontram preciosas informações.

A transcrição da parte relativa à viagem encerra-se com a trasladação de um capítulo da "Jornada del Marañon", escrita por Toribio de Ortiaguera, em 1561, mas até então inédito. Os dez últimos documentos desta parte referem-se à preparação da expedição à Nova Andaluzia e à transcrição de alguns depoimentos a ela pertinentes.

O "Descubrimiento...", de Medina, foi objeto de grande interesse por parte da American Geographical Society, de Nova Iorque, não apenas em vista da importância histórica da expedição do capitão espanhol mas, principalmente, pela raridade da obra do historiador chileno, da qual haviam sido editados somente 200 (duzentos) exemplares.¹⁴ Decidiu, pois, a laboriosa organização norte-americana empreender sua tradução para a língua inglesa, após obter o consentimento do autor, pouco antes de seu falecimento.¹⁵ Da tradução, foi encarregado o erudito Bertram T. Lee, e a editoração¹⁶ coube ao professor H.C. Heaton. Ambos extrapolaram de suas respectivas tarefas anotando, comentando e transmitindo

resultados de pesquisas próprias que enriqueceram a já monumental obra de Toribio Medina. Um Apêndice, no final do volume, ainda facilita mais a tarefa do estudioso do assunto, pois consta de uma seleção de capítulos de Oviedo (1851/55), mais exatamente a tradução para o inglês dos capítulos do Livro 49, que dão a versão do próprio Oviedo sobre a expedição de Pizarro e sobre a descida do rio por Orellana, e do Livro 50, capítulo XXIV, com a narrativa completa de frei Carvajal. A versão inglesa da obra de Medina (1894), acrescida desse Apêndice — por si só uma preciosidade, pois o prefácio de Heaton é, também, uma interessante e proveitosa lição de crítica histórica — fazem com que a edição da American Geographical Society tenha um valor inestimável, principalmente porque permite — mesmo com restrições — a comparação das versões de Carvajal em Oviedo e em Medina (desde que não se tenha acesso às obras em língua espanhola), e da interpretação de cada um desses historiadores. Para que mais valiosa se tornasse esta edição norte-americana, à página 48 insere-se um mapa, na escala de 1/22500 (milhas), do itinerário de Orellana nos rios Coca, Napo, Amazonas e, no mar, até Cubágua, com todos os pontos importantes assinalados e na maior parte nominados e datados. Em encarte, na escala de 1/3.000.000 (milhas), a inteira rota da expedição à Canela, feita por Pizzarro, incluindo o itinerário de regresso a Quito. Esses ma-

pas foram elaborados com base nas versões de Carvajal e na consulta a documentos contemporâneos ao feito, esclareceu o Editor. Lamentavelmente, a edição da AGS foi de distribuição restrita e de difícil obtenção; todavia, em 1988, foi feita uma edição comercial, pela Dover Publications Inc., New York, integral, que veio facilitar sua consulta.

A Companhia Editora Nacional publicou, em 1941, a crônica de Frei Gaspar de Carvajal. Independentemente do fato, já em si pouco animador, de terem sido reunidas a ela duas outras, relacionadas com a expedição de Pedro Teixeira, ocorrida quase um século depois,¹⁷ não devemos esconder que essa edição não faz jus a qualquer louvor. Realizada sem o menor senso crítico-histórico, com um prefácio pobre, uma tradução canhestra que, às vezes até conduz a estranhas interpretações, somente por algumas notas de pé de página pode-se deduzir que o original sobre o qual foi feita a tradução, é a versão publicada por Medina — sem ficar esclarecido se do espanhol ou do inglês. Fica, porém, evidenciado que o tradutor não estava preparado para fazê-la. Um dos exemplos, também logo constatado por Ypiranga Monteiro (1977-I-109), é o da tradução do espanhol “monte”, pelo português homônimo “monte”, e não corretamente por “selva”, “mata”; pode-se bem imaginar a que confusões tal erro poderá conduzir o leitor incauto.

Descuidos são vários: “desarmados, com uma espada na mão” (1941, 40), quando diz o original: “sem armadura, com a espada na mão”; “um povoado que estava no meio de um arroio” (1941, 58), por “um povoado que estava em uma curva”; “havia, pela linha dágua, aqui e ali”, por “havia na margem do rio, aqui e ali” (1941, 59); esteiro, por estuário (1941, 75). Um dos mais sérios equívocos, que o leitor não decifrará sem recorrer a Medina ou a AGS, está na página 70 da edição que estamos acompanhando, onde se diz que Orellana mandou “pôr umas varandas nos bergantins, à maneira de fossos para defendê-los das flechas...”; tratava-se, no entanto, de guarnecer as amuradas dos barcos com escudos, para proteger seus ocupantes das flechas possivelmente envenenadas pelos selvagens.

O historiador amazonense Ypiranga Monteiro (1977-I-106), que não desculpa nada à tradução de Mello Leitão, só não tem razão quando o acusa de traduzir “gatomonos” por “gatos e monos” (Carvajal, 1941, 30), pois o equívoco não é, desta vez, do brasileiro. A versão de Medina (1894, 21) é: “...y otros pescados, y perdices y gatos y monos asados”; a versão de Oviedo (Liv 50, Cap 21, 549) é: “...otros muchos pescados é algunas perdices é monos asados”. Gatomonos, informa o escritor amazonense, é o nosso irrequieto quati (1977-I-106).¹⁸

A Amazônia Bibliografia, 1614/1962, editada no Rio de Janeiro, em 1963, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, consigna como sendo de autoria única de Frei Gaspar de Carvajal, sem menção de organizadores, editores, etc., as seguintes edições: a de Medina, 1894 (itens 6252 e

7446), a da American Geographical Society, 1934 (itens 6253 e 7446), e a da Companhia Editora Nacional, 1941 (itens 6251 e 7449). Singularmente, é apontada como sendo de autoria de José Toribio Medina, não sua obra original, chilena, de 1894, mas a versão em inglês, da mencionada sociedade geográfica norte-americana, de 1934 (item 7548).

NOTAS

1. Ver Bibliografia. A autoria de Alonso do Rojas, aceita por Leitão (1941), foi apenas sugerida por Jiménez de la Espada (1899 — 64/69), mas ainda é bastante discutida.
2. Os números variam conforme o autor que tratou do assunto.
3. "...e como naquele tempo ele era poderoso e influente no Peru, pelo fato de que seu irmão era o marquês D. Francisco Pizarro, colonizador e descobridor desta terra, seguiram-no nesta empresa um grande número do que existia de nobre e preeminentes na população do domínio..." (Ortiguera, in AGS, 313).
4. Há divergências também quanto a este número, que alguns cronistas elevam até a 62. Quanto a indígenas, existem indícios de que também teriam seguido junto com Orellana, como remadores.
5. Ilha do Mar das Antilhas, logo ao sul da ilha Margarita. Também era conhecida pelo nome de Ilha das Pérolas. Atualmente, é território venezuelano.
6. "...onde foram também carregadas algumas peças de roupa e de cama, pertencentes à força expedicionária, assim como alguns doentes, e convém esclarecer que eu era um dos doentes. E como eu estava incapacitado de andar a pé ou a cavalo, fui embarcado no bote...". Este período consta da versão do relato do frade, transcrita por Oviedo (1855, Liv 50, Cap 24, 542). Na versão publicada por Medina (1894, 7), o cronista não explica por que embarcou.
7. Orellana deu ao segundo bergantim o nome de Victoria. Oviedo está aludindo à viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, quando a nau desse nome foi a única a completá-la. Teria Orellana uma segunda intenção ao dar o mesmo nome a uma de suas embarcações, já que estava firmada a idéia de alcançar o mar? Ou apenas coincidência?
8. Existe na biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, um exemplar da obra de Ramusio, em excelente estado de conservação. Uma cópia da carta de Oviedo e do "Somário...", foi-me conseguida pelo saudoso professor Artur Napoleão Figueiredo, pesquisador emérito daquele Museu. É de se anotar o erro contido no fecho da carta, onde está escrito Fernando, em lugar de Fernando.
9. A nota ao pé da página não esclarece se é o próprio Pinelo-Barcia quem se engana, ou se é a tradução da carta para o espanhol, feita por Gabriel de Cardenas, mencionada no texto por Medina, que insiste em tratá-la de "resumo". Essa tradução está guardada na biblioteca de Barcia, daí a dúvida.
10. "Conversei, nesta cidade de Santo Domingo, com o Capitão Francisco de Orellana; ele chegou aqui em uma segunda-feira, 22 de novembro de 1542, e com ele o Comendado. Cristóbal Manrique, um natural da cidade de Cáceres, e Cristóbal de Cáceres, natural da cidade de Torrejón de Velasco, e Alonso Gu-

- tierrez, de Badajoz, e Hermán Gutierrez de Célis, natural de Montaña, e de fato da aldeia chamada Célis. E falei com outros fidalgos e plebeus que tomaram parte naquela descoberta sob o comando do dito Capitão Francisco de Orellana, natural da cidade de Trujillo" (Oviedo, 1851/55 573).
11. Diz Oviedo, na mesma página acima citada: "...e eu quis ver aquele religioso frei Gaspar de Carvajal, da Ordem dos Pregadores, que escreveu esta relação; e estes cavalheiros fidalgos disseram-me que havia ficado a descansar na ilha de Margarita; e digo que folgaria muito de vê-lo e conhecê-lo; porque parece-me que é digno de escrever cousas da Índia, e que deve ser acreditado em virtude daqueles dois flechaços, dos quais um lhe tirou ou destruiu um olho..."
- Oviedo menciona, ainda, a simplicidade, o prestígio pessoal e outras qualidades do frade cronista. Não diz, porém, como conseguiu a cópia em questão.
12. Em Ramusio, abrange as fls. 45 a 74 do citado volume.
13. A dissimilhança entre os dois manuscritos — o transscrito por Oviedo e o cedido a Medina pelo duque De Tilly, explica por que o estudioso chileno declarou, na folha de rosto de seu livro, ser o descobrimento "según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal".
14. AGS, 1934. Prefácio do Editor, fl X. Foi possivelmente por esse motivo que a Encyclopédia Barsa, editada pela Encyclopédia Britânica Ltda. do Rio de Janeiro, em seu verbete "Medina, José Toribio", enumerou oito obras suas que considerou mais dignas de atenção, entre qua-
- trocentas outras, e não citou o "Descubrimiento...", talvez o mais admirável de seus trabalhos.
15. José Toribio Medina faleceu em 2 de dezembro de 1939.
16. O termo "Editor", dado a H.C Heaton, deve ser entendido na acepção inglesa, na qual possui o sentido de pessoa encarregada de organizar, isto é, selecionar, normalizar, revisar e supervisionar, para publicação, os originais de uma obra, e às vezes, prefaciá-la e anotá-la os textos de um ou mais autores. (CF. Emanuel Araújo, "A Construção do Livro", 1983). Entre nós, o editor é o feitor material da obra e muitas vezes o comerciante que a distribui e vende.
17. "Descobrimentos do Rio das Amazonas", compreendendo no mesmo volume a "Relação que escreveu Frei Carvajal", "Descobrimento do Rio das Amazonas e suas Dilatadas Províncias", atribuído a Alonso de Rojas S.J., e "Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas", de Cristóbal de Acuña S.J. Tradução e notas de Cândido de Mello Leitão.
18. Oviedo, em seu "Sommario della Naturalé et Gererale História dell' Indie Occidentali", in Ramusio (1556-III-57v), refere-se, na versão italiana, a "gattomamon" que, literalmente, e em italiano moderno seria "bicho-papão", mas, em sua descrição, poderia ser uma espécie de macaco, "alguns tão pequenos como a mão de um homem, e menores, e outros grandes como um cão mastim médio". O anotador da recente edição do "Sumário...", Manuel Balles-teros, não tem dúvida em esclarecer que "gatos monillos" são os nossos conhecidos micos.

BIBLIOGRAFIA

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY — 1934 — Special Publication n.º 17 — *The Discovery of the Amazon* — According to the account of friar Gaspar de Carvajal and other documents — As published with an Introduction — By José Toribio Medina — New York.

ANÔNIMO — 1941 — *Descobrimento do Rio das Amazonas e sua dilatadas províncias* — in Leitão, 1941 — 81/124. Atribuído por este, a Alonso de Rojas.

CARVAJAL, GASPAR DE — 1851/55 — in Oviedo, Liv 50 - Cap 24 — 541/573; 1894 — in Medina; 1941 — in Leitão.

DESCOBRIMENTO DO RIO DAS AMAZONAS

LEITÃO, CANDIDO DE MELLO — 1941 —
Descobrimento do Rio das Amazonas — Companhia Editora Nacional — São Paulo — "Relação que escreveu Fr Gaspar de Carvajal: Descobrimento do Rio de Orellana" 11/79.

MEDINA, JOSÉ TORIBIO — 1894 —
Descubrimiento del Rio de las Amazonas, según la relación hasta ahora inédita de Fr Gaspar de Carvajal — Imprenta de E. Rasco — Sevilha; 1934 — Idem — in American Geographical Society — 167/242.

OVIEDO, GONZALO FERNANDEZ DE (...)

Y VALDEZ — 1561 —
Carta ao cardeal Bembo — in Ramusio, 415/417; 1851/55 — Historia General y Natural de las Índias y Tierra Firme del Mar Océano — Real Academia de História — Madrid.

RAMUSIO, GIOVANNI BATTISTA — 1561 —
Delle Navigatione et Viaggi — Terzo Volume Venetia.

YPIRANGA MONTEIRO — 1977 —
História da Cultura Amazônica — 1º Vol. — Ed. governo do Estado do Amazonas — Manaus.



Cel Ref Inf JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA. Nascido em Santiago do Boqueirão (RS) e radicado em Belém (PA). Cursos: CMPA, EMR, EsAO, EsCEME, Planejamento da FGV e Avaliação de Projetos da UFPa. Membro efetivo do Instituto Histórico do Pará. Fascinado pelo norte brasileiro, e principalmente pelo seu interior, tem, por isso, cinqüenta anos de vivência amazônica, voltados para seus problemas históricos e geográficos.